

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.390, DE 2003

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Os arts. 25 e 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 25.

.....
§ 3º *Entende-se como fornecedor, nos termos do art. 3º desta lei, aquele que coloca no mercado produtos novos e usados, fazendo disto o seu negócio.*

Art. 26.

.....
I – sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis;

II – cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.

.....
§ 4º *A ocorrência de vício aparente ou oculto devidamente registrado e reclamado pelo consumidor, obriga o reinício da contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II deste artigo, a partir da data da solução do problema pelo fornecedor do produto ou serviço.”*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de setembro de 2004.

Deputado **RENATO COZZOLINO**

Relator